

Critérios e Parâmetros para Definição de Município com Capacidade Institucional para Executar a Política Ambiental de Forma Eficaz.

Antonio Marcos Barreto
Vice Presidente da ANAMMA NACIONAL
Mestre em Ciências Ambientais





Índice da Apresentação

- 01 Justificativa
- 02 Infraestrutura
- 03 Setorização
- 04 Equipe Técnica Multidisciplinar Especializada

Justificativa



A gestão ambiental no âmbito municipal é fundamental para o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais e a formação de uma equipe técnica multidisciplinar qualificada é essencial para a implementação eficaz das políticas ambientais, conforme preconizado pela legislação brasileira e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.



A Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente, em seu artigo 2º, define que a Política Nacional do Meio Ambiente deve ser executada de forma integrada, considerando a diversidade social, econômica e ambiental do país. Para isso, a atuação de profissionais de diversas áreas é imprescindível.

Os ODS, especialmente o ODS 16, que promove instituições fortes, ressaltam a importância de uma governança eficaz e transparente. A formação de uma equipe técnica multidisciplinar contribui diretamente para:

Fortalecimento das Instituições: A diversidade de competências permite uma gestão mais eficiente e transparente, promovendo a confiança da população nas instituições públicas.

Promoção da Participação Cidadã: Profissionais de diferentes áreas podem facilitar a inclusão da sociedade civil nas decisões ambientais, promovendo um diálogo aberto e construtivo.

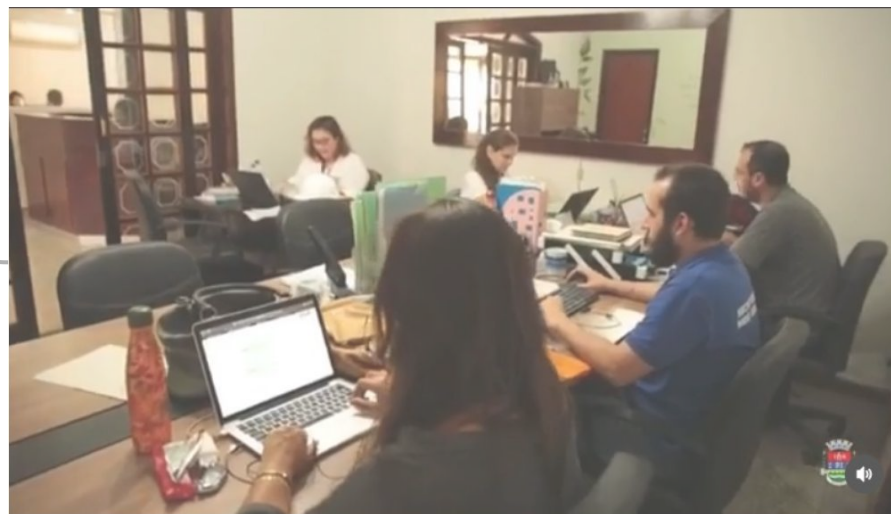
Infraestrutura



Investimento em infra estrutura é fundamental para resultados



1 Sede Ampla e Moderna



2 Técnicos com equipamentos e móveis confortáveis

Case de sucesso em na
Prefeitura de Itaguaí - RJ

Investimento em infra estrutura é fundamental para resultados



3

Investimento em Capacitação



4

Gabinetes separados por Setores

Case de sucesso em na Prefeitura de Itaguaí - RJ

Setorização



Setores Definidos Com Funções Específicas De Auxílio à Governança



**Licenciamento
Ambiental**



**Fiscalização
e
Pós-Licença**



**Mudanças
Climáticas**



Jurídico



Administrativo

Licenciamento

Emissão dos
Instrumentos de
Controle Ambiental

Mudanças Climáticas

Setor de Propositura de
agendas sustentáveis e
projetos ambientais
visando a mudança
climática

Fiscalização e Pós Licença

Acompanhamento de
Denúncias e verificação
de Condicionantes

Jurídico

Emissão de Pareceres
jurídicos internos,
Elaboração e
proposituras de Leis,
decretos, resoluções,
auxílio ambiental para à
Procuradoria Municipal
e treinamentos para a
secretaria.

Administrativo

Controle de entrada e saída de
informações, controladoria interna,
apoio a licitações, controle dos fundos,
interlocução com os Conselhos e
Gestão de pessoas.



Equipe Técnica Multidisciplinar Especializada



Esse ponto é o que, ao nosso olhar merece o maior destaque, uma pois entendemos que a normatização ambiental carece de definição do é uma equipe técnica multidisciplinar capaz de suportar o licenciamento de impacto local.

No Rio de Janeiro, a antiga Resolução CONEMA 42, trazia uma tabela com o mínimo de técnicos que cada município deveria ter para os tipos de licenciamentos que faria, divididos em três categorias, Não Industrial, Industrial e Agropecuária, conforme o exemplo abaixo:

CARACTERÍSTICA DA ATIVIDADE OU EMPREENDIMENTO		NÃO INDUSTRIAL		AGROPECUÁRIA		INDUSTRIAL	
IMPACTO		MÉDIO	ALTO	MÉDIO	ALTO	MÉDIO	ALTO
MUNICÍPIO	CATEGORIA	NÚMERO DE PROFISSIONAIS					
1-Angra dos Reis	Grande	4	10	2	4	4	6
2-Aperibé	Pequeno	2	2	2	3	2	3
3-Araruama	Médio	3	8	1	3	2	4
4-Areal	Pequeno	1	2	2	2	3	4
5-Armação dos Búzios	Pequeno	4	5	0	1	2	2
6-Arraial do Cabo	Pequeno	4	4	1	2	1	2

Logo, cada Município Fluminense já saberia quantos técnicos deveria ter para ser capaz de licenciar e quais disciplinas também deveria ter em cada tipo de licenciamento, uma vez que o anexo também trazia o seguinte entendimento:

NÃO INDUSTRIAIS: Arquiteto, Biólogo, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Civil, Engenheiro Florestal, Engenheiro Sanitarista, Geólogo.

INDUSTRIAIS: Biólogos, Engenheiros Ambientais, Engenheiros Civis, Engenheiros Florestais, Engenheiros Químicos, Engenheiros Sanitaristas, Geógrafos, Geólogos, Químicos.

AGROPECUÁRIA: Biólogos, Geógrafos, Geólogos, Engenheiros Agrícolas, Engenheiros Agrônomos, Engenheiros Ambientais, Engenheiros Florestais, Zootecnista.

Essa modalidade, aos nossos olhos se mostrava ser mais assertiva, uma vez que os critérios eram mais objetivos, entretanto essa resolução foi revogada pela Nova CONEMA 92.

Qual a nossa Proposta?

Que entendendo a realidade dos mais de 5500 municípios do Brasil, o CONAMA estabeleça uma quantidade Mínima de técnicos levando-se em consideração a população/tipo de atividades licenciáveis para que o Município seja declarado capacitado para os licenciamentos.

Com integração dos Dados do IBGE, podemos entender as atividades desenvolvidas em cada região para traçar objetivos como estes:



Exemplo – Municípios com menos de 20 mil Habitantes

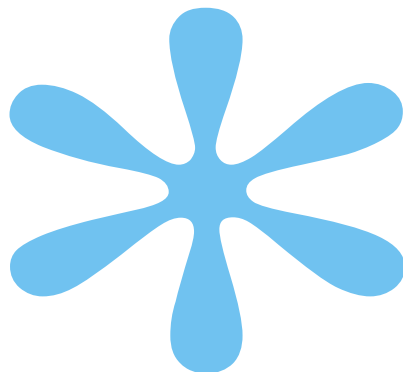
Pelo menos 3 técnicos das seguintes formações: Biologia, Engenharia Florestal e Engenharia Ambiental

Municípios que sofrem interferência marítima

Pelo menos um Oceanógrafo

Municípios que tem atividade de agricultura

Pelo menos um Engenheiro Agrícola e Engenheiro Agrônomo



Municípios que possuem atividades de pecuária

Pelo Menos um Veterinário e um Zootecnista

Municípios que possuem atividades de Extração Mineral

Pelo Menos um Geógrafo e um geólogo

Exemplo – Municípios com mais de 100 mil Habitantes

Pelo menos 20 técnicos das seguintes formações: Biologia, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Engenheiro Civil, Engenheiro Químico, Engenheiro Sanitarista, Profissional com especialização em Hidrologia e Advogado com especialização em Direito Ambiental.

Exemplo – Municípios com mais de 1 Milhão de Habitantes

Pelo menos 50 técnicos das seguintes formações: Biologia, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Engenheiro Civil, Engenheiro Químico, Engenheiro Sanitarista, Veterinário, Geólogo, Geógrafo, Gestão Ambiental, Profissional com especialização em Hidrologia e Advogado com especialização em Direito Ambiental.

Qual a metodologia?

Para o enquadramento dos Municípios nas categorias de Pequeno, Médio e Grande, seriam consideradas informações quanto à área em hectares, o número de habitantes e o histórico de licenciamento ambiental realizado em cada Município.

Com isso teríamos um diagnóstico a nível Brasil dos licenciamentos em cada região do País, a realidade de cada Município a nível de técnicos, possibilitando a criação de políticas públicas pelo MMA e pelo CONAMA visando o fomento do Licenciamento ambiental.

Vantagens



Licenciamentos mais técnicos



Um banco de dados de licenciamento ambiental nível Brasil



Maior Controle Ambiental



Instituições Fortes



Contratação de técnicos ao invés de loteamento de cargos



Segurança Ambiental

Obrigado!

Contatos:

(21) 97927-7849

@antonio.marcosbarreto

E-mail: atmarcosbarreto@gmail.com

